



# JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ano VI Nº 183 – Rio de Janeiro, de 16 a 30 de novembro de 2008

Glenda Otero/ SXC

## A sombra da impunidade



### ● NESTE NÚMERO

**Fórum da Alerj discute política de concessão de incentivos fiscais**

PÁGINA 3

**Parlamento Juvenil aprova projetos de lei em quatro pólos no interior do estado**

PÁGINAS 4 e 5

**Nilton Salomão: foco na habitação e no cumprimento das leis**

PÁGINA 12

**Legislativo se une em defesa dos direitos das mulheres e se engaja em campanha mundial, a fim de atrair os homens para esta luta**

**N**o mês em que se celebra o Dia de Combate à Violência contra a Mulher, a Alerj realizou uma série de eventos para debater este assunto e fazer com que os homens, identificados na figura de maridos, namorados e até mesmo pais como os principais agressores, também se engajem nas campanhas que visam a dar um fim ao sofrimento vivido pela parcela feminina da população. Em 2007, somente no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Praça XV, Centro do Rio, 4.196 casos de agressão foram notificados. Em todo o País, a cada 15 segundos uma mulher é agredida, de acordo com dados do Superior Tribunal de Justiça (STJ). “Temos que acabar com esse flagelo. Trazer os homens para as cam-  
pnhas pode ajudar na diminuição dos crimes de violência contra nós, mulheres”, avalia a presidente da Comissão de Defesa da Mulher da Alerj, deputada Inês Pandeló (PT).

Além das campanhas – no dia 18, representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) estiveram na Alerj para dar início ao recolhimento de assinaturas masculinas para exigir dos governos políticas de combate à violência contra a mulher –, a Casa aprovou projeto de lei do Poder Judiciário que cria três novos juizados para tratar do tema no estado, além de sediar a instalação de uma nova comissão para acompanhar as ações do Governo do estado de proteção às representantes do sexo feminino.

Além das campanhas – no dia 18, representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) estiveram na Alerj para dar início ao recolhimento de assinaturas masculinas para exigir dos governos políticas de combate à violência contra a mulher –, a Casa aprovou projeto de lei do Poder Judiciário que cria três novos juizados para tratar do tema no estado, além de sediar a instalação de uma nova comissão para acompanhar as ações do Governo do estado de proteção às representantes do sexo feminino.

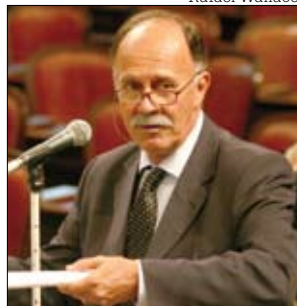
PÁGINAS 6, 7 e 8

## FRASES

**“Devemos utilizar todos os meios de comunicação disponíveis, e os banheiros públicos são um excelente canal, porque atingem um número muito grande de pessoas”**

**Marco Figueiredo (PSC)**, sobre a promulgação, no dia 17, da Lei 5.308/08, de sua autoria, que obriga a afixação de cartazes com informações sobre os riscos de contrair DSTs.

Rafael Wallace



**“O Conselho Tutelar é apenas uma forma de tentarmos vencer essa luta para dar mais dignidade à infância e à adolescência no estado”**

**Paulo Ramos (PDT)**, durante evento em homenagem ao Dia do Conselheiro Tutelar (18/11).

**“A vantagem da promulgação do projeto é que ele fará com que esta divulgação seja, de fato, feita, já que detalha a forma como a exibição destas fotos deverá acontecer. Esta lei, tão importante e oportuna, precisava dessa garantia”**

**Chiquinho da Mangueira (PMDB)**, sobre a promulgação da Lei 5.324/08, de sua autoria, que inclui portos, estádios e praças esportivas entre os locais onde deverão ser exibidas fotos de menores desaparecidos.

## CONSULTA POPULAR

● **Gostaria de saber se existe alguma lei que obrigue a inclusão de informações sobre o tipo sanguíneo em documentos como, por exemplo, a carteira de habilitação.**

Cláudia Bernardes – Grajaú, Rio de Janeiro



**Deputado  
Glaucio  
Lopes**  
(PSDB)

● É a intenção do projeto de lei 1.732/08, de minha autoria, que torna obrigatória a inclusão da tipagem sanguínea e do fator RH nos documentos de identificação de responsabilidade do estado. Grande parte da população desconhece essas informações, o que pode ser prejudicial, principalmente em caso de acidente em que seja neces-

sária transfusão de sangue, pois o tempo para identificar o tipo sanguíneo pode custar uma vida. De acordo com o projeto, as maternidades, unidades de saúde, hospitais e clínicas públicas e privadas que emitam a Declaração de Nascido Vivo devem fornecer a tipagem e o RH do recém-nascido para o registro de nascimento; a caderneta dos alunos das redes pública e privada do estado deverá conter as mesmas informações; e o Instituto Félix Pacheco e o Detran-RJ também ficam obrigados, ao expedir Carteira de Identidade, a incluir a tipagem e o fator RH do cidadão.

## ALÔ, ALERJ “O disque é um ótimo canal de informação”

**Julio Cezar Gonçalves da Silva, estoquista, 36 anos, usa o disque para fazer consultas sobre leis**

“Sempre faço consultas na Alerj, seja pelo site ou pelo telefone. Gosto de ficar por dentro da legislação. Esta foi a terceira vez que utilizei o disque para isso. Moro no bairro Nova América, em Nova Iguaçu, e aqui é muito tranqüilo. Há pouco tempo um estabelecimento religioso emitia um som muito alto. Antes de reclamar, recorri ao Alô, Alerj para pedir uma cópia da Lei do Silêncio. Li toda a lei e percebi que eles não a infringiam. Fico contente em poder estar informado sobre o assunto, para não cobrar até mesmo o que não posso. Mesmo não podendo reclamar deste estabelecimento, sei que tem uma lei que me assegura o sossego e sei como ela fun-



Zô Guimarães

cional. Caso abra um novo estabelecimento por perto e me incomode novamente, já sei como devo proceder. Da mesma forma, se este estabelecimento religioso passar a ultrapassar estes limites, recorro à legislação. Já tive problemas com a Light, que estava interrompendo o meu fornecimento de luz indevidamente. Liguei na mesma hora para o disque, perguntando se eles tinham esse direito. Nós, cidadãos, devemos utilizar canais como esse da Alerj para estarmos sempre informados. Eles estão aí para isso. Basta usar.”

## EXPEDIENTE



**ALERJ**

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Presidente**  
Jorge Picciani

**1º Vice-presidente**  
Coronel Jairo

**2º Vice-presidente**  
Gilberto Palmares

**3º Vice-presidente**  
Pedro Fernandes

**4º Vice-presidente**  
Gerson Bergher

**1ª Secretária**  
Graça Matos

**2ª Secretário**  
Zito

**3º Secretário**  
Dica

**4ª Secretário**  
Fabio Silva

**1º Suplente**

**2º Suplente**  
Armando José

**3º Suplente**  
Pedro Augusto

**4º Suplente**  
Edino Fonseca

**JORNAL DA ALERJ**  
Publicação quinzenal da Diretoria Geral de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

**Jornalista responsável**  
Fernanda Pedrosa (MT-13511)

**Coordenação:** Everton Silvalima

**Reportagem:** Fernanda Porto, Luciana Ferreira, Marcela Maciel e Symone Munay

**Estagiários:** Ana Beatriz Couto, Camila de Paula, Carla Boechat, Érica Ramalho, Karina Moura, Natalia Alves e Zô Guimarães

**Fotografia:** Rafael Wallace

**Diagramação:** Daniel Tiriba

**Telefones:** (21) 2588-1404/1383  
**Fax:** (21) 2588-1404  
Rua Primeiro de Março s/nº sala 406  
CEP-20010-090 – Rio de Janeiro/RJ  
**Email:** dcs@alerj.rj.gov.br  
**www.alerj.rj.gov.br**

**Impressão:** Gráfica da Alerj

**Diretor:** Leandro Pinho  
**Montagem:** Bianca Marques e Rodrigo Graciosa  
**Tiragem:** 2 mil exemplares

Dúvidas, denúncias e reclamações: 0800 022 00 08

## FÓRUM

# As várias faces do ICMS

Rafael Wallace



Gross, Diniz e Levy (esq. para dir.) ouvem o presidente da Casa durante abertura do Fórum

**Piccianni diz que estado precisa ficar atento às questões tributárias, pois R\$ 120 bilhões serão investidos até 2011**

MARCELA MACIEL E NATÁLIA ALVES

**E**mbora não seja o fator determinante para manter ou trazer uma empresa para o Estado do Rio, a concessão de incentivos fiscais foi defendida pelos participantes do seminário *Rio competitivo: limites e potenciais do incentivo fiscal para o desenvolvimento do estado*, realizado no dia 24, na Alerj. De acordo com o presidente da Casa, deputado Jorge Piccianni (PMDB), que esteve à frente da sessão também como presidente do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico Jornalista Roberto Marinho, o estado precisa redobrar a atenção no tocante às questões tributárias, já que os investimentos para os próximos três anos somam R\$ 120 bilhões. “Não podemos deixar de avançar nesses incentivos, que devem ser avaliados com rigor, mas precisam existir. Precisamos dar mais transparência à concessão dos incentivos que possam compor uma estratégia de desenvolvimento econômico do Rio. O estado não pode ficar paralisado e sou sempre favorável aos incentivos”, ressaltou o parlamentar.

O secretário de Estado de Fazenda, Joaquim Levy, destacou a necessidade de haver uma relação entre o tipo de incentivo,

a operação incentivada e o segmento a ser focado, para se evitarem possíveis problemas. “Temos sempre que estar atentos para não atrair a empresa errada e para não induzir ações indesejáveis do beneficiário”, alertou Levy, mencionando que sua secretaria ganhará mais reforço de fiscais, com os dois concursos realizados em 2008. O secretário citou alguns programas de incentivo que existem no estado e falou sobre os decretos 40.016/06 e 36.450/05 e o convênio 130/07, que visam, respectivamente, ao aumento da competitividade do pequeno atacadista que vende para o mercado interno e do atacadista do setor de fármacos e, à tributação adequada dos equipamentos de produção na indústria de petróleo e gás.

Embora de fundamental importância para o desenvolvimento de empresas de diversos segmentos no estado, o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Júlio Bueno, frisou que o incentivo fiscal não determina a escolha de uma empresa por uma localidade. Diferenciar as atividades geradoras de renda das geradoras de emprego foi uma tarefa proposta por Bueno, que defendeu a redução de impostos para os setores e atividades que possam gerar empregos, como o pólo de modas. O presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Alerj, deputado André Corrêa (PPS), lembrou que, nos últimos dez anos, o estado foi o que teve o menor crescimento na arrecadação de ICMS e que o Parlamento fluminense precisa colaborar com

o Executivo na tentativa de atender todas as demandas trazidas pelas federações do Comércio (Fecomercio) e da Agricultura, Pecuária e Pesca (Faerj) e pelo Sindicato de Bares e Restaurantes (SindRio).

O presidente da Fecomercio, Orlando Diniz, afirmou que o ICMS da produção de jóias precisa ser reduzido para 5% – hoje o imposto atinge 12%. Já para a Faerj, o maior problema a ser resolvido é o da taxa dos produtos pertencentes à cesta básica, como, por exemplo, o leite – o Rio produz apenas 25% do que consome e, portanto, precisa comprar o restante; como o ICMS, neste caso, se converte em crédito presumido, o mercado tem preferência por comprar os produtos de outros estados, onde o crédito é maior, podendo chegar a 12% também. O vice-presidente da Faerj, Leopoldo Eugênio Erthal, destacou que no interior do estado esse crédito gerado é pequeno, chegando a apenas 7%, o que torna o leite fluminense pouco competitivo.

Entre as propostas do SindRio apresentadas pelo seu presidente, Alexandre Sampaio de Abreu, estão a manutenção da redução, em até quatro anos, do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) hoteleiro em 40% e um recolhimento diferido do Imposto Sobre Serviço (ISS) dos hotéis com redução de 2%, para aplicação de metade do valor em um fundo de promoção e desenvolvimento do estado. O vice-presidente da Federação das Indústrias (Firjan), Carlos Gross, apresentou um estudo sobre a competitividade tributária fluminense e pontuou os entraves ao desenvolvimento industrial no estado: elevada carga tributária, competição acirrada de mercado, taxas de juros altas, alto custo de matérias-primas e falta de trabalhador qualificado e de capital de giro e de demanda.

O presidente da Associação das Empresas de Engenharia do Rio, Francis Bogossian, também fez parte da mesa de cerimônia. Estiveram no debate ainda o deputado federal Índio da Costa (DEM-RJ), o secretário de Estado de Habitação, Noel de Carvalho, e os deputados estaduais Mário Marques e Gerson Bergher, ambos do PSDB, Olney Botelho (PDT), Gilberto Palmares e Altineu Côrtes, ambos do PT, Domingos Brazão e Dica, ambos do PMDB, Aldir Santana (PSC) e João Pedro (DEM).



## PARLAMENTO JUVENIL

# Estudantes com

Fotos de Rafael Wallace



Em Araruama, estudantes das regiões Serrana e das Baixadas Litorâneas posam ao lado dos coordenadores do projeto



Nove jovens das regiões Norte e Noroeste do estado reuniram-se no plenário da Câmara Municipal de Macaé

**Aquecimento global foi tema único que motivou a apresentação dos 40 projetos escolhidos na Etapa Regional do Parlamento Juvenil, que chega à Alerj em dezembro**

SYMONE MUNAY E NATALIA ALVES

A vida nos manguezais da Baía de Guanabara, a coleta seletiva de lixo nas escolas e a substituição de sacolas plásticas por sacos de papel foram alguns dos temas que marcaram a votação dos 40 projetos de lei que serão defendidos por jovens estudantes da rede pública estadual de ensino no Parlamento Juvenil, que ocorrerá no Plenário Barbosa Lima Sobrinho da Alerj, entre os dias 9 e 12 de dezembro. Criado pelo presidente da Casa, deputado Jorge Picciani (PMDB), e realizado em parceria com a Secretaria de Estado de Educação desde a sua primeira edição, em 2003, o projeto reuniu, em 2008, cerca de 90 estudantes em quatro pólos regionais, sediados nas cidades de Macaé, Araruama, Niterói e Vassouras. O projeto envolve os 92 municípios do Rio, onde os deputados juvenis seguem os mesmos moldes de um parlamento convencional, com direito a escolha da Mesa Diretora e votação em plenário. “É importante conscientizar os jovens sobre a postura que um legislador deve adotar enquanto representante de seu município”, defende Picciani.

Esta edição do Parlamento Juvenil foi diferente das demais, pois, pela primeira vez, os projetos apresentados trataram de um único tema previamente estabelecido: o aquecimento global. Além disso, o projeto contou também com a participação de oito alunos da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) e de um estudante do Colégio de

Aplicação da Universidade Estadual do Rio (CAP-Uerj). Após passarem pelas eleições internas em suas unidades escolares e saírem vitoriosos nas etapas municipais, os candidatos receberam treinamento específico sobre as atribuições e competências dos deputados. A capacitação abrangeu temas como Ética, Legislação e Formatação de Propostas Parlamentares. “O curso para os parlamentares juvenis é realizado em apenas um dia, mas, por mais que pareça pouco, conseguimos abordar todas as pautas necessárias”, afirma o coordenador-geral do Parlamento Juvenil, Arlindenor Pedro de Souza. A aula inclui a leitura do Regimento Interno da Casa e as orientações jurídicas necessárias para a elaboração dos projetos de lei, de acordo com as normas parlamentares. “O grupo chegou até aqui por eleições diretas dentro de suas escolas e consciente de que precisava convencer seus pares. Foi gratificante assistir jovens de 15 e 16 anos falando sobre reciclagem de lixo, poluição dos rios e reflorestamento. Essa é a proposta do projeto: despertar a responsabilidade coletiva e a cidadania desde cedo”, ressalta Arlindenor.

Os parlamentares juvenis participaram de audiências públicas, apresentando, debatendo e votando seus projetos de lei, o que, para a coordenadora de Operações do Parlamento pela Secretaria de Educação, Cléa Martins, foi um processo de seleção e decisão que exigiu total dedicação dos estudantes. “A vontade de representar seu município no Parlamento Juvenil propriamente dito e a entrega à defesa dos projetos foram notórias. A cada ano temos emoções diferentes, pois acreditamos nas mudanças que só serão possíveis com jovens que aprendam a fazer escolhas para a sua comunidade”, ressalta Martins. Durante quatro dias da primeira quinzena de dezembro, os deputados juvenis eleitos nos quatro pólos regionais estarão no Palácio Tiradentes, onde

# as malas prontas



vão participar de audiências públicas para a defesa de seus projetos. Apenas três deles serão aprovados e encaminhados para apreciação do governador Sérgio Cabral.

Saiba como aconteceram as eleições nos quatro pólos da etapa regional do Parlamento Juvenil:

## Macaé

O presidente da Câmara Municipal de Macaé, vereador Eduardo Cardoso Gonçalves da Silva (PPS), recebeu, no dia 20 de outubro, os parlamentares juvenis, fez elogios à iniciativa da Alerj e destacou a importância do trabalho dos coordenadores do projeto. “Num momento de tanta alienação de alguns jovens, retomo minha fé na Política ao presenciar o trabalho realizado pela Alerj”, ressaltou Cardoso. Dentre os projetos aprovados está o da estudante Aline Dias Alvim, de 17 anos, de Porciúncula, que apresentou proposta sobre a criação de uma zona de plantação de mamona para a produção de biodiesel nas regiões Norte e Noroeste do Rio. O Parlamento Juvenil na cidade, que foi presidido pelo estudante Carlos Muryllo, de Cambuci, terminou no dia 22 de outubro.

## Araruama

O vice-presidente da Câmara Municipal de Araruama, vereador José Eurico Domingos (PPS), o Zezinho, abriu o Parlamento Juvenil na cidade – que aconteceu entre os dias 3 e 6 de novembro – e pediu aos jovens aspirantes a políticos para que honrassem as normas do Regimento Interno. O conselho foi seguido à risca pelos jovens, que apresentaram importantes projetos, caso do estudante Iago Lopes Daflon, de Cordeiro, que organizou um projeto que obriga os comerciantes a trocar as sacolas de plástico por sacolas biodegradáveis. “O Brasil anualmente produz 210 mil toneladas

de plástico-filme, a matéria-prima dos saquinhos plásticos, o que representa cerca de 10% do lixo do País. Cada saquinho de supermercado pode demorar até um século para desaparecer”, alertou Iago. A presidência da Mesa Diretora em Araruama coube à aluna Rebeca Kronemberger, de Armação dos Búzios.

## Niterói

O vereador Wolney Trindade (PMDB), que presidiu a solenidade na Câmara Municipal de Niterói, declarou que o Parlamento Juvenil é sinônimo de um começo na história da Política fluminense. A preocupação com a invasão desordenada das áreas verdes levou Marielly Ferreira, 17 anos, aluna do Colégio Estadual Brasil, em Mesquita, na Baixada fluminense, a ser eleita presidente da Mesa Diretora por conta do projeto por ela apresentado. “Com o crescimento demográfico da população, os municípios vêm perdendo suas áreas verdes. Essas áreas compõem a Mata Atlântica e precisam ser preservadas”, justificou a parlamentar juvenil. Em Niterói, os trabalhos dos jovens deputados se estenderam de 17 a 19 de novembro.

## Vassouras

O prefeito eleito e presidente da Câmara Municipal de Vassouras, Renan Vinicius Santos de Oliveira (PSB), participou da audiência pública realizada pelos 25 deputados juvenis que fizeram parte do projeto da Alerj, ocorrido entre os dias 24 e 27 de novembro na cidade do Centro-Sul fluminense e que teve o aluno Alan Neves, de Pinheiral, como presidente da Mesa Diretora. A audiência serviu para a escolha dos 11 projetos que foram aprovados para serem trazidos ao Palácio Tiradentes. “Fui ativista nos grêmios estudantis e gostaria de ter passado pela experiência que estes jovens tiveram”, disse Oliveira.



CAPA

# Defender a mulher é coisa de homem

**Poder Legislativo se sensibiliza com convocação do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, para conscientizar os homens de todo o mundo da necessidade de se combater a violência contra a mulher**

SYMONE MUNAY E ANA BEATRIZ COUTO

**A** cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil, sendo que metade delas acaba assassinada pelos maridos ou namorados. O impressionante dado, apresentado pela ministra Eliana Calmon Alves, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e que se refere ao ano de 2007, assusta. Para ajudar a mudar este quadro, a Alerj se engajou na campanha mundial lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para mobilizar os homens pelo fim da violência contra as mulheres. “Temos que conscientizar os homens, pois a sociedade brasileira não pode aceitar mais esse tipo de atitude que viola qualquer preceito básico de defesa dos direitos humanos”, comentou o presidente da Casa, deputado Jorge Picciani (PMDB), ao ser o primeiro a validar um abaixo-assinado de apoio à campanha no estado. Ao lado de Picciani, a deputada Inês Pandeló (PT), que preside a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Assembléia, ressaltou que esta é apenas uma das atitudes que o Parlamento vem tomando para chamar a atenção da sociedade para o flagelo sofrido por muitas mulheres em todo o País.

A campanha da ONU intitulada *Unite to end violence against women* (Homens unidos pelo fim da violência contra a mulher) chegou ao Brasil no dia 31 de outubro, passando primeiro pelo Palácio do Planalto, onde foi lançada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. No dia 18, chegou a vez de a Alerj receber os representantes das Nações Unidas para dar início à coleta de assinaturas masculinas no Rio. Para isso, a comissão da petista Pandeló montou um *stand* no Saguão Getúlio Vargas, no *hall* de entrada do Palácio Tiradentes, com um computador acessado ao site da campanha ([www.homenspelofimdaviolencia.com.br](http://www.homenspelofimdaviolencia.com.br)), para mobilizar os homens e fazer com que adiram à luta em defesa das mulheres (até o final de novembro, 28.300 assinaturas já tinham sido coletadas – o terminal permanece no Palácio até o dia 5 de dezembro).

Para a deputada Inês Pandeló, os anos passam e os alertas são feitos, mas as mulheres continuam sendo agredidas dentro de suas próprias casas. “Mudar o quadro de violência contra a mulher é uma questão de tempo. Enquanto isso não acontece, estamos lutando de todas as formas”, ressaltou ela. A petista explicou que a iniciativa de trazer esta campanha para o Brasil é uma resposta do Governo à convocação do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, feita em fevereiro deste ano, para mobilizar líderes nacionais pelo fim da violência contra a mulher. “É a primeira vez que uma campanha mundial e nacional relativa à violência de gênero tem o foco nos homens. O combate à violência contra a mulher é um compromisso de toda a sociedade”, advertiu Pandeló.



Érica Ramalho

No Dia de Combate à Violência contra a Mulher, em 25 de novembro, durante um evento no Auditório Nelson Carneiro, participantes de um debate, capitaneados pela Comissão de Defesa da Mulher da Alerj, resolveram lançar uma comissão para acompanhar a implantação de políticas públicas de proteção à parcela feminina da população. Para eles, questões como a necessidade de orçamento próprio para destinar à proteção das vítimas, de capacitação dos policiais sobre o tema e de criação de promotorias especializadas na Lei Maria da Penha precisam ser aprimoradas. Além da deputada, a comissão terá, em sua composição, representantes do Conselho Estadual de Direitos da Mulher (Cedim), da Superintendência de Estado dos Direitos da Mulher, do movimento de mulheres, de órgãos municipais e de universidades. Para a superintendente estadual dos Direitos da Mulher, Cecília Teixeira Soares, mesmo que muito ainda haja para ser feito, vários progressos já foram obtidos. “A Lei Maria da Penha foi um grande avanço (ver box pág. 8). Antes, quando um homem batia em uma mulher, ele pagava com cestas básicas e trabalho voluntário. Hoje não é assim, graças a essa lei”, declarou.

Antes, porém, uma outra vitória já havia sido conquistada a partir da aprovação, no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, do projeto de lei 1.788/08 (Mensagem 02/08), de autoria do Poder Judiciário, que estabelece a criação de três novos juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Rio. De



Zô Guimarães



Érica Ramalho

*Campanha da ONU tem mobilizado os homens para assinar lista de combate à violência contra a mulher – o presidente da Casa foi o primeiro a aderir (ao lado). Enquanto isso, mulheres lançaram comissão para acompanhar políticas públicas sobre o tema (acima)*

acordo com o texto, que se transformou na Lei 5.337/08, eles serão instalados no bairro de Bangu, zona Oeste do Rio, e nas cidades de São Gonçalo e Duque de Caxias. Para ambos os municípios, a norma dará mais condições para que os casos apresentados sejam realmente apreciados pela Justiça. Em 2007, foram ajuizadas 9.136 ações referentes a São Gonçalo e 7.684 sobre agressões em Caxias. O Juizado de Violência contra a Mulher, instalado no Fórum Central, na Praça XV, no Rio, recebeu 4.196 novos processos no mesmo período, tendo como réus, em sua maioria, maridos, companheiros e até pais. Hoje o estado possui quatro juizados: no Centro, Campo Grande, Jacarepaguá e Nova Iguaçu.

Segundo a juíza Adriana Ramos, do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Rio, o desafio é implementar o serviço em todo o estado. “Precisamos de, no mínimo, mais dez juizados no Rio. Além disso, é necessária a criação de uma promotoria especializada de investigação penal da Lei Maria da Penha, pois os casos demoram muito para serem analisados e, quando isso acontece, a mulher acaba desistindo”, explicou. De acordo com a delegada e coordenadora das nove delegacias de Atendimento às Mulheres (Deams) do Rio, Inamara Pereira da Costa, no ano de 2007 foram realizados 28.371 atendimentos, sendo 7.095 apenas na zona Oeste da capital.

Na opinião da presidente da Comissão de Combate às Discri-

minações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional, deputada Beatriz Santos (PRB), é essencial que se combata o mal antes que ele ocorra, através de campanhas de prevenção nas escolas e entidades sociais. “Nosso trabalho é interminável. O que queremos é que se faça valer as medidas de proteção contidas na Lei Maria da Penha, tais como o afastamento do agressor do lar conjugal, apreensão da arma e restrição de visitas aos filhos”, listou Santos. A comissão presidida pela deputada do PRB lançou, no mês passado, o Disque Preconceitos (0800 282 0802), que, somente em novembro, recebeu cerca de 40 ligações, sendo 40% delas relativas à violência contra mulheres.

Outra comissão que também recebe denúncias desses casos é a de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, presidida pelo deputado Alessandro Molon (PT). “De modo geral, as mulheres ainda sofrem com agressões de seus próprios companheiros e maridos”, destacou Molon. “Muitas mães também procuram obter orientação no que se refere às consequências que seus filhos sofrem com a situação. É um absurdo que, nos tempos de hoje, mulheres ainda tenham que passar por isso”, disse o petista. A Casa conta ainda com o Disque SOS Mulher (0800 282 0119), um serviço telefônico gratuito que, este ano, recebeu 655 denúncias – destes atendimentos, 335 foram sobre violência. Uma equipe de técnicos avalia cada queixa e a encaminha aos órgãos competentes, seja para investigação policial ou atendimento psicológico e de assistência social.



## CAPA

## Indignação marca fala dos deputados que recebem queixas de agressões

Fotos: Rafael Wallace



“As mulheres começaram a reverter a situação quando passaram a denunciar seus companheiros. Muito já está sendo feito, começando por essas mulheres corajosas que divulgam publicamente sua situação, como Maria da Penha. A comissão ganha muitos pontos apoiando essa luta que não é só do Governo federal, pois, assim, se torna cada vez mais aliada da sociedade”

**Deputado Jorge Picciani** (PMDB)



“Não podemos banalizar estes casos que envolvem o desrespeito aos direitos das mulheres. Isso já mudou bastante, graças à coragem de algumas companheiras que estão mais determinadas a denunciar as agressões que têm sofrido. Foi assim que funcionou lá no Ceará, de onde veio essa importante lei, de alcance nacional, que é a Lei Maria da Penha”

**Deputada Inês Pandelô** (PT)



“Às vezes, achamos que a violência contra a mulher não faz parte da nossa realidade, não está próxima da gente. Entretanto, temos acompanhado diariamente na mídia os absurdos que vêm acontecendo. A violência contra a mulher é uma transgressão aos direitos humanos e está fundamentada na desigualdade de gênero. É preciso dar um basta em tudo isso”

**Deputada Beatriz Santos** (PRB)



“É inadmissível qualquer forma de agressão às mulheres. Por isso, é fundamental que o problema seja amplamente debatido por toda a sociedade, pois não envolve só a mulher, já que as consequências e traumas podem atingir toda uma família, principalmente, quando há situações em que crianças estejam envolvidas”

**Deputado Alessandro Molon** (PT)

## Lei Maria da Penha fez debate sobre o assunto chegar ao exterior

Fabiano Veneza

Em 1983, no Estado do Ceará, a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes (*foto*) sofreu duas tentativas de assassinato de seu marido, o colombiano e professor universitário Marco Antonio Herredia Viveiros. Na primeira, simulando um assalto, ele desferiu um tiro nas costas da mulher enquanto ela dormia, deixando-a paraplégica. Na segunda, ele tentou eletrocutá-la. Na ocasião, Penha tinha 38 anos e três filhas. A investigação desses crimes começou em junho do mesmo ano, mas a denúncia só foi apresentada ao Ministério Público Estadual (MPE) em setembro de 1984. Oito anos depois, o ex-marido foi condenado a 19 anos de prisão e usou de recursos jurídicos para protelar o cumprimento da pena. O caso de repercussão nacional chegou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2001, que acatou pela primeira vez a denúncia de um crime de violência doméstica.

Após sete anos de batalha judicial, Maria da Penha recebeu indenização de R\$ 60 mil do Governo do Ceará. Desse proces-



so derivou a criação da Lei Federal 11.340, a chamada Lei Maria da Penha, aprovada por unanimidade na Câmara Nacional e no Senado Federal, e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em agosto de 2006. A lei tem como principal finalidade prevenir e proteger todas as mulheres da “violência de gênero” – a violência sofrida unicamente pela sua condição de ser mulher.

Maria da Penha não está sozinha em sua luta pela defesa das mulheres. Antes dela, a educadora Leolinda de Figueiredo Daltro, natural da Bahia, reuniu, no início do século passado, grupos de companheiras para reivindicar direitos básicos, como o voto feminino. Por

causa dessa defesa, Daltro deu nome a um diploma que é concedido anualmente pela Comissão de Defesa da Mulher da Alerj desde 2004. Este ano, 31 instituições indicaram nomes para serem agraciados – dez serão escolhidos para a entrega, que acontecerá em 2009.

## DIREITOS HUMANOS

# Crianças a salvo



Zé Guimarães

O deputado Molon (centro) preside reunião da Comissão de Direitos Humanos da Alerj para tratar da exploração sexual de menores

## Especialistas discutem políticas públicas de combate à pedofilia em todo o Rio

CAMILA DE PAULA

**O**s principais órgãos do Estado do Rio que tratam da questão da exploração sexual entre crianças e adolescentes comprometeram-se a entregar ao presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Rio, deputado Alessandro Molon (PT), ainda este ano, algumas sugestões de ações de enfrentamento e prevenção, para que o deputado possa propor emendas à Lei Orçamentária Anual de 2009 (LOA), cujo prazo para propostas encerra-se no dia 3 de dezembro. Esta foi a conclusão final da audiência pública realizada no dia 24, que teve como objetivo a coleta de informações sobre a ocorrência deste tipo de crime no estado. “Estamos aproveitando o fato de o assunto estar sendo discutido em âmbito nacional e estadual e estendendo o debate, para chegarmos a ações efetivas de enfrentamento deste tema ainda delicado e doloroso para a população”, explicou Molon, lembrando que, este ano, o Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA) completa 18 anos.

Uma das organizadoras do I Congresso Brasileiro de Enfrentamento às Violências Sexuais contra Crianças e Adolescentes, Cristina Fernandes, disse que a audiência foi importante para colocar estas questões em debate no congresso, que começou no dia 25, e que também poderá aproveitá-lo para colher mais sugestões para a comissão. Todos os participantes do encontro reconheceram os limites de determinados órgãos para dar garantia de direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e a falta de integração e articulação entre os poderes no enfrentamento destes crimes. A superintendente de Proteção Social Básica e Especial da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Heloísa Helena Mesquita, alegou que as principais dificuldades que a secretaria enfrenta são, entre outras, a rotatividade do quadro de funcionários, a falta de capacitação e o limite de recursos destinados à causa. “Para isto estamos criando um comitê de capacitação destes agentes no estado, para garantir

**“Vamos estender o debate para chegarmos a ações efetivas de enfrentamento deste tema ainda delicado e doloroso para a população”**

Deputado Alessandro Molon (PT)

o fluxo desta garantia de direitos pela população”, afirmou.

Ao fim da reunião o parlamentar listou algumas ações levantadas pelos participantes, que merecem destaque, para que possam voltar a ser discutidas. Entre elas, a ampliação do número

de delegacias da Criança e do Adolescente Víctima (Decav/RJ); a garantia de melhores condições de infra-estrutura ao Conselho Tutelar no município; um sistema mais eficiente de banco de dados que indique as ocorrências destes crimes; capacitação de profissionais de Educação em parceria com o Governo do estado, para tratar destas questões dentro da instituição de ensino; um pedido à Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer, para que relacione o que está sendo feito como política de enfrentamento neste fim de ano e propor novas ações; uma maior transparência orçamentária para evitar o deslocamento de verbas nesta área; o aumento do orçamento destinado a esta causa, e a implantação de outras varas especializadas pelo Poder Judiciário.



## CURTAS

Rafael Wallace

**Cassel**

O deputado Rodrigo Neves (PT) (foto, 3º esq.) entregou, no dia 29, o Título de Cidadão do Estado do Rio ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel (1º dir.). A homenagem aconteceu durante a V Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, na Marina da Glória, zona Sul do Rio. "Não podia deixar de prestar esta homenagem ao ministro nesta feira que foi acolhida pelos cariocas e fluminenses. Nestes dias já passaram por aqui mais de 150 mil pessoas. Além disso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem a cara das boas e nobres causas na luta por uma sociedade justa", enfatizou o parlamentar petista, acompanhado do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e do secretário de Estado de Agricultura, Christino Áureo.

**Zumbi**

Acontecimentos recentes – como a eleição de Barack Obama nos Estados Unidos e o projeto de lei nacional de cotas para negros em universidades públicas – foram temas recorrentes nos discursos da cerimônia que comemorou, no dia 24, o Dia Nacional da Consciência Negra (20/11). Promovido pela Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional da Alerj, presidida pela deputada Beatriz Santos (PRB), o evento entregou 16 diplomas *Zumbi dos Palmares* a pessoas que contribuíram para o combate ao preconceito racial no estado, dentre eles o escritor Lázaro D'Oliveira e o músico Hélio Ventura.

## CALL CENTER

# Regras claras

**Deputado pretende discutir com prefeituras redução dos tributos que incidem sobre as empresas de telemarketing**

KARINA MOURA

O presidente da Comissão Especial da Alerj para acompanhar o projeto de lei 2.673/07, em tramitação na Câmara dos Deputados, deputado Gilberto Palmares (PT), anunciou no dia 19, durante audiência pública, que pretende discutir com o Governo e com as prefeituras do estado maneiras de reduzir a carga tributária das empresas de *telemarketing*, para que novas empresas do tipo sejam implantadas no estado. "Há cinco anos estamos fazendo debates sobre vários aspectos deste setor. O próximo passo agora é discutir o aumento de implantação dessas empresas. Já estou organizando uma nova audiência para discutir especificamente a redução da carga tributária no estado, que é de 5%, enquanto em

De acordo com o representante do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações (Sinttel-Rio), Ricardo Pereira, muitas empresas ainda não cumprem normas vigentes. "Conversamos com o representantes do Procon, em Brasília, para ver a situação da pessoa que está atendendo. Eles não querem ver o lado de quem está trabalhando e, na maioria das vezes, a culpa não é delas. Muitas empresas funcionam de forma precária, os funcionários não têm direito nem de ir ao banheiro. Todos culpam o operador pelo péssimo atendimento, mas a culpa não é dele e sim da empresa, que não investe na inovação tecnológica e não qualifica seu empregado", ressaltou Pereira. O representante da empresa Conquist, Roberto Madruga, especialista em treinamento, consultoria e pesquisa, afirmou que, para fazer um bom atendimento, a empresa precisa mobilizar seus funcionários. "Essa lei vai emplacar de qualquer jeito, assim como foi o Código de Defesa do Consumidor. O que não pode ser esquecido é que várias regras

novas deverão ser implantadas e que as empresas que não têm um nível de excelência no atendimento ainda estão se adaptando. Elas vão ter que qualificar primeiro seus operadores, porque, com a fiscalização da própria sociedade, se elas não prestarem um ótimo serviço, vão perder muitas causas no Procon", alertou.

Para a representante da Associação Brasileira de Telesserviços (ABT), Waldelia Nogueira, com a regulamentação da nova lei, as empresas deverão contratar mais funcionários. "Temos que analisar como estas empresas irão contratar e qualificar esses operadores, para que não aconteça novamente a mesma situação, onde os consumidores e também os trabalhadores não sejam enganados", finalizou Nogueira. O presidente da comissão disse, ainda, que fiscalizações serão feitas nas empresas. "Temos que ver o lado das empresas e também dos trabalhadores do setor, para melhorar o atendimento ao consumidor. É preciso o esforço de qualificá-los melhor e fiscalizar se a lei está sendo cumprida efetivamente", defendeu Palmares.

Zó Guimarães



*Palmares discursa para atendentes em encontro*

outros estados é de 2%. Isso irá fazer com que mais empresas se instalem no Rio", afirmou Palmares, lembrando que também vai continuar lutando por melhores condições de transporte e de saúde para os trabalhadores dessas empresas. A comissão especial da Alerj vai discutir as novas regras para as empresas de *call center* que entraram em vigor em 1º de dezembro.

## ASSUNTOS DE POLÍCIA

# Segurança municipal

**Subcomissão poderá ser criada para cobrar ações contra a criminalidade em cidades mais violentas**

NATALIA ALVES

O presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia da Alerj, deputado Wagner Montes (PDT), vai solicitar à Presidência da Casa a criação de uma subcomissão de Assuntos Municipais de Segurança para tratar do enfrentamento à violência em cada uma das cidades do estado onde há índices altos de criminalidade. O anúncio foi feito no dia 27, durante audiência pública realizada para discutir as questões de segurança que estão afligindo a população de Niterói. A iniciativa do pedetista atende a uma reivindicação do deputado Comte Bittencourt (PPS), parlamentar da bancada niteroiense da Casa, para que a comissão, além de apontar soluções para o problema da violência, também fiscalize as medidas propostas. “Nosso posicionamento é sempre na intenção de ajudar na busca por soluções. A criação dessa subcomissão funcionará para acompanharmos os desdobramentos das soluções propostas e para sabermos se cada uma das soluções está realmente surtindo o efeito pretendido”, afirmou Montes.

Bittencourt frisou a importância da articulação entre a prefeitura, o Governo do estado e também as Forças Armadas, através de um efetivo funcionamento do Gabinete Municipal de Gestão Integrada para a solução da questão na cidade. O parlamentar ressaltou também que reuniões sistemáticas para debater o tema são fundamentais. “Com 16 anos de vida pública tenho escutado sempre os mesmos argumentos em relação à Segurança. A realização de reuniões como esta pode servir para que, nesse momento de discussão do orçamento, possamos indicar soluções concretas, pois é na peça orçamentária que podemos indicar a realização de um concurso público para reposição do efetivo, ou a destinação de verba para manutenção e aperfeiçoamento do projeto de monitoramento por câmeras, por exemplo”, destacou o deputado do PPS. O vereador Paulo

*Bittencourt, Bolsonaro, Montes, Freixo e Pessoa (esq. para dir.) debatem insegurança em Niterói durante evento no Auditório Nelson Carneiro*



Ana Beatriz Couto

Eduardo Gomes (PSol), de Niterói, informou que houve uma redução no orçamento do município para investimentos em Segurança Pública nos últimos anos. “Fica clara a falta de compromisso quando constatamos que, apesar dos problemas enfrentados, o investimento do município em combate à criminalidade será menor. O orçamento para o ano que vem é de cerca de R\$ 10 milhões e está quase todo comprometido com a folha de pagamento”, informou.

De acordo com o secretário municipal de Segurança e Direitos Humanos de Niterói, coronel Hélio Luiz Azevedo, projetos para revitalização da central de monitoramento estão em andamento, assim como a qualificação dos guardas municipais e o aperfeiçoamento do estatuto da corporação. “Atualmente, das 18 câmeras de monitoramento apenas seis estão em funcionamento, por falta de manutenção das demais. Também temos o problema de sobreposição das câmeras de trânsito e monitoramento urbano, ambas da prefeitura, e as da Polícia Militar. Deveríamos ter uma integração desses sistemas. Em relação à qualificação profissional, temos duas turmas de guardas fazendo cursos à distância nos telecentros, mas é importante ressaltar que a guarda só tem competência para apreender material de procedência duvidosa. Em relação aos rádios comunicadores, eles já foram adquiridos, mas, por conta de entraves ambientais para instalação da antena no Parque da Cidade, não estão plenamente em funcionamento”,

esclareceu o coronel.

O presidente da Comissão de Segurança da Câmara Municipal de Niterói, vereador Felipe Peixoto (PDT), reafirmou a importância da integração dos sistemas de monitoramento e disse que está sendo estudada uma mudança nas atribuições de competência da Guarda Municipal. “A guarda pode ajudar atuando na repressão a pequenos delitos. Precisamos resolver esse impasse na questão da comunicação e na questão do estatuto da corporação”, declarou. Membro efetivo da Comissão de Segurança da Alerj, o deputado Marcelo Freixo (PSol) declarou que a capacidade de mobilização da sociedade civil precisa ser aproveitada pela autoridade policial para ações preventivas de diminuição da violência. “Temos uma população facilmente mobilizada que não é aproveitada. Sabemos que existe dinheiro para ser disponibilizado pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas) e o que não existem são projetos do município. Isso é inadmissível”, observou.

Também participaram da reunião o vice-presidente da comissão, deputado Flávio Bolsonaro (PP); o deputado Paulo Ramos (PDT), membro da comissão; o comandante do 4º Comando de Policiamento de Área, coronel Mário Pinto; o diretor do Departamento de Polícia do Interior, Rafick Louzada; o presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Niterói, Marcelo Pessoa, além da vereadora Andréa Gouvêa Vieira (PSDB), do município do Rio.



**ENTREVISTA • NILTON SALOMÃO (PMDB) |**

# ‘Conheço bem as demandas habitacionais em nosso estado’

FERNANDA PORTO

**C**umprindo seu terceiro mandato na Alerj, o deputado Nilton Salomão (PMDB) tem pressa. A agenda sempre cheia e a facilidade em listar suas pretensões demonstram isso. Em pouco mais de 20 minutos de entrevista, espremidos entre os compromissos de um dia que previa ainda uma homenagem ao presidente da Empresa de Obras Públicas (Emop), Ícaro Moreno, o parlamentar falou ao **JORNAL DA ALERJ** sobre sua preocupação em auxiliar no combate à diabetes no estado e de planos de fiscalizar o cumprimento de uma lei sua que completou 11 anos. Com a bagagem de quem atuou como subsecretário de Habitação do estado até o início do ano, o contador e ex-bancário, natural de Teresópolis (região Serrana), anunciou ainda que pretende usar a experiência na coordenação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) no Pavão-Pavãozinho, agora, como fiscalizador. “Tenho larga experiência com habitação, que vem desde meus tempos de funcionário da Caixa Econômica”, relembra.



Zó Guimarães

**Embora esteja na política há muitos anos, o senhor credita à sua atuação como gerente da Caixa o interesse pelo bem comum. Como isto contribuiu para seu ingresso na Política?**

Era gerente da Caixa quando a instituição, impulsionada pela incerteza causada pelo Governo Collor, deu início à organização de um movimento em defesa das empresas e dos funcionários públicos. Ali nascia a primeira associação de gerentes da Caixa no estado, que, além de fundar, presidi. Isso acabou me levando à Federação Nacional de Gerentes da Caixa e ao Movimento pela Ética e Competência na Administração Pública, onde começamos a sonhar com representantes na Política. Em 1993 fui indicado como candidato da categoria a uma vaga na Alerj. No mesmo ano me filiei ao PSB. Minha primeira campanha foi possibilitada com a ajuda de companheiros, com a utilização de rifas. Foi uma campanha bonita, feita sobre o discurso ético.

**Foi em seu primeiro mandato que o senhor conseguiu aprovar a lei dos acompanhantes em hospitais. Como está seu cumprimento?**

Ela quebrou paradigmas de médicos que não aceitavam acompanhantes, e acho que agora, mais de dez anos depois, é hora de saber como ela está funcionando e se há a necessidade de ajustes ou adaptações. Hoje esta determinação está incorporada ao Estatuto do Idoso, sendo que ela vai além, porque fala também em atendimento privado. A norma não exige nada, como alimentação ou cama, apenas garante o direito do paciente a ter a companhia de um parente. Este tema me interessa particularmente pelos idosos, porque sou um estudioso do assunto. Acho que o momento é o de assegurarmos o cumprimento de leis im-

portantes. Por isso tenho buscado respostas sobre a aplicação de normas, como a que criou uma política de prevenção e atenção à saúde dos diabéticos no estado.

**Que outras áreas e políticas públicas interessam ao seu mandato?**

Gostaria de voltar a atuar na área de Políticas Urbanas, cuja comissão já presidi em outro mandato aqui na Casa. Cheguei a ir ao Japão para discutir a segunda fase do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG). Também tenho ampla experiência na área habitacional, que vem desde os tempos da Caixa, e foi consolidada com minha atuação na secretaria, onde coordenei a chegada do PAC no Pavão-Pavãozinho. Conheço bem as demandas habitacionais no estado. Gostaria ainda de participar da Comissão

de Agricultura, por ser de Teresópolis e por ter adquirido experiência com os agricultores à frente da Emater-Rio, além da de Educação, onde poderei discutir um tema que me interessa muito: o ensino técnico.

**Educação também é o foco de um projeto desenvolvido pelo seu gabinete. Como é esse projeto?**

Chama-se *Jovem Cidadão* e se trata de uma idéia que está aí há muito tempo. Ela chega a ser anterior à Exposição Permanente da Casa. Consiste em oferecer palestras em escolas sobre o Legislativo e em receber alunos aqui para uma visita. O diferencial deste projeto é que ele inclui uma palestra de um deputado, que explica aos visitantes os direitos destes enquanto cidadãos no acompanhamento do trabalho dos parlamentares. Faço isso sempre que posso, porque considero o contato dos jovens com os parlamentares um estímulo à cidadania.

**“Minha primeira campanha foi possibilitada com a ajuda de companheiros, de rifas. Foi uma campanha bonita, feita sobre o discurso ético”**